O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 17 | Nº 49 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.10530845

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

O VALOR PÚBLICO NO CONTEXTO DA NOVA GOVERNANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Nélia de Souza Mayrink Resende[1]

Eliene Pereira da Silva-Dias[2]

Marcus Vinicius Gonçalves da Silva[3]

Helga Cristina Hedler[4]

Ana Paula Bernardi da Silva[5]

Resumo

Este artigo, intitulado "O Valor Público no Contexto da Nova Governança Pública: Mapeamento da Literatura e Análise Bibliométrica", propõe uma investigação sobre os avanços do conceito de governança pública à luz do paradigma emergente do valor público. Realizado por meio de uma abordagem descritivo-exploratória com enfoque quantitativo, o estudo busca identificar conexões entre governança pública, valor público e cultura organizacional em artigos científicos disponíveis nas bases de dados Scopus, Web of Science e Scielo, no período de 2017 a 2021, com coleta de dados em maio de 2022. Destaca-se a relevância desse tema, considerando sua constante evolução na área da administração pública. O protocolo da pesquisa foi desenvolvido no StArt, e a análise dos dados contou com o suporte do Bibliometrix no ambiente do R-Studio. Os resultados revelam a busca contínua por preencher lacunas nos contextos públicos, enfatizando a criação de valor público como métrica crucial para avaliar o desempenho dos gestores públicos. A discussão em torno do valor público se consolida como elemento essencial na compreensão e mensuração do sucesso das estratégias de gestão pública, destacando a importância de direcionar esforços para uma administração mais eficiente e orientada para resultados.

Palavras-chave: Gestão Pública; Governança Pública; Políticas Públicas; Valor Público.

Abstract

This article, entitled "Public Value in the Context of New Public Governance: Mapping of Literature and Bibliometric Analysis", proposes an investigation into the advances of the concept of public governance in light of the emerging paradigm of public value. Carried out by means of a descriptive-exploratory approach with a quantitative approach, the study seeks to identify connections between public governance, public value and organizational culture in scientific articles available in the databases Scopus, Web of Science and Science, in the period from 2017 to 2021, The data will be collected in May 2022. The relevance of this topic is highlighted, considering its constant evolution in the area of public administration. The research protocol was developed in StArt, and two data were analyzed together with the support of the Bibliometrix in the R-Studio environment. The results reveal a continuous search to identify gaps in public contexts, emphasizing the creation of public value as a crucial metric to evaluate the performance of public managers. A discussion around public value is consolidated as an essential element in understanding and measuring the success of public management strategies, highlighting the importance of directing efforts for a more efficient and results-oriented administration.

Keywords: Public Governance; Public Management; Public Policies; Public Value.

[1] Oficial do Exército Brasileiro. Mestra em Governança, Tecnologia e Inovação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: neliamayrink@gmail.com

[2] Docente da Faculdade Teológica Batista de Brasília (FTBB). Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental (UTIC). E-mail: proda.Lndias@gmail.com

[3] Oficial do Exército Brasileiro. Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). E-mail: marvin.gsilva@gmail.com

[4] Docente da Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UCB). E-mail: helga@p.ucb.br

[5] Docente da Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutora em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (UCB). E-mail: anapbernardi@gmail.com

INTRODUÇÃO

O debate sobre governança na administração pública vem ganhando relevância, sobretudo para responder aos desafios da globalização e às crescentes demandas da sociedade por serviços públicos de qualidade. A ênfase da governança pública, além da busca de eficiência do Estado, com transparência e controle dos gastos públicos, visa a criação de valor público, traduzido em valores sociais, culturais e intelectuais (MOORE, 1997).

Santos *et al*. (2022, p. 15) apontam que "embora os conceitos de valor público sejam difíceis de entender, sua mensuração e gerenciamento auxiliam os gestores públicos para além do desempenho financeiro e objetivo de curto prazo". A governança promove a efetividade de políticas públicas, estando presente tanto nas discussões acadêmicas, quanto nos debates políticos, a literatura aborda, inclusive, a governança sob a forma colaborativa, desafiando as organizações públicas a contribuir para o bem-estar da sociedade. Tal informação encontra lastro no contexto do econômico e social, oferecendo suporte para a proteção dos cidadãos, como saúde, educação e questões econômicas e sociais. Assim, busca-se um Estado economicamente eficiente, visando a efetividade na entrega de serviços públicos de qualidade aos cidadãos.

Nesse sentido, diante dos paradigmas da administração pública, que marcam a evolução do conceito de governança pública, faz-se necessário envidar esforços para compreender melhor o assunto. Portanto o objetivo deste trabalho consistiu em mapear a produção científica sobre governança pública e sua relação com o valor público, a partir do suporte da análise bibliométrica na revisão de literatura.

Este estudo parte da premissa que os gestores públicos necessitam definir estratégias para gerar valor e, tendo como metas a melhoria da eficiência, a prestação de contas, a entrega de bens e serviços com qualidade e maior transparência à sociedade. Segundo Moore (1997), as instituições públicas ao atenderem as necessidades da sociedade, geram valor. Entretanto, ainda que haja diversos estudos sobre valores públicos, há lacunas que necessitam ser respondidas. A literatura assinala que dada a subjetividade do valor público, não há uma lista definitiva e consensual de valores públicos, nem tampouco um conceito definitivo (ASCHHOFF; VOGEL, 2018; TALIENTO, 2018 *apud* RESENDE, 2022).

Este artigo foi estruturado em cinco tópicos incluindo esta introdução. O primeiro tópico aborda sobre o referencial teórico, o segundo apresenta os pressupostos metodológicos. O terceiro tópico apresenta o resultado da análise bibliométrica e no quarto tópico são apresentadas as considerações finais com uma síntese das principais contribuições desta investigação, limitações e sugestões de estudos futuros.

REFERENCIAL TEÓRICO

O tema governança pública se fortaleceu em um cenário em que os Estados são desafiados em suas formas de atuação para garantir o bem-estar da sociedade, por meio do desenvolvimento econômico, competitividade e eficiência dos mercados nacionais (SILVA; VICENTIN, 2018).

Conforme Osborne (2010), a governança pública é uma resposta à complexidade e fragmentação das políticas públicas e prestação de serviços no século XXI, tornando mais importante a inclusão das partes interessadas no processo de tomada de decisão, desde a definição dos objetivos até a decisão de como atingi-los.

Pyun e Gamassou (2018) destacam a incapacidade do Estado em solucionar problemas. Os autores comparam as cinco teorias mostrando as tendências de reforma na da Administração Pública. Entre essas teorias foram evidenciadas a Administração Pública Tradicional voltada para a burocracia; a Nova Gestão Pública (NGP), em inglês, *New Public Management* (NPM), com ênfase na gestão dos recursos e eficiência organizacional; a Gestão do Valor Público, em inglês, *Public Value Management* (PVM), com foco no cidadão como parceiro e a ênfase na colaboração e parcerias; e a Nova Governança Pública, em inglês *New Public Governance* (NPG), que visa promover o bem comum e incorporar valores públicos em todo o sistema político.

O estudo Cavalcante e Camões (2015) mencionando por Silva (2017), destaca os novos caminhos de reforma do Estado, os quais incluem modelos distintos que convergem na necessidade de superação de NGP e enfatizam diferentes pressupostos e mecanismos de gestão que, em alguns casos, repetem-se nos modelos ou paradigma, conforme apresentado por Cavalcante e Camões (2015) no Quadro 1.

Quadro 1 - Tendências dos Novos Modelos da Gestão Pública

Tendências	Perspectivas	Autores
Estado Neoweberiano (ENW)	- Necessidade de fortalecimento da capacidade estatal em liderar processos de desenvolvimento e, por conseguinte, reestabelecer a confiança na administração pública. - As medidas visam modernizar o aparato estatal tradicional de modo a torná-lo mais profissional, eficiente e responsivo aos cidadãos	Pollitt e Bouckaert (2011) Carneiro e Menicucci (2011)
Governança	- Preconiza a ampliação de formas de relacionamento entre diferentes atores no âmbito da gestão pública, seja entre Estado e sociedade, agentes privados e governo ou sociedade e iniciativa privada. - O incremento do controle e da *accountability* ganham força na construção de políticas públicas por meio de mecanismos de participação democráticos e deliberativos, que impactam no aperfeiçoamento da gestão e da oferta de serviços públicos.	Secchi (2009)
Governança da Era Digital ou *Digital Era-Governance*	- Incorporação crescente de inovações de tecnologia da informação para pautar os relacionamentos entre unidades administrativas e a sociedade civil. A partir dos princípios de reintegração, holismo baseado na necessidade (*joined-up governance*) e nas mudanças digitais	Dunleavy *et al.* (2006)
Gestão do Valor Público ou *Public Value Management* (PVM)	- Preocupa-se não somente com os resultados em termos de serviços, mas também com os procedimentos para se alcançar tais resultados. - Considera central a percepção do cidadão tanto como usuário quanto participante ativo do processo de construção das políticas governamentais, sendo o envolvimento e a colaboração elementos chave à administração pública. - Incorpora os cidadãos como controladores do governo, consumidores dos serviços e financiadores, e amplia o escopo de alternativas para a provisão de serviços públicos que deve ser selecionada de forma variada e pragmática	O'Flynn (2007) Shaw (2013)

Fonte: Cavalcante; Camões (2015); Silva (2017).

Como se observa no Quadro 1, essas perspectivas teóricas evidenciam a diversidade de abordagens na gestão pública contemporânea, ressaltando a necessidade de um enfoque multidimensional para enfrentar os desafios complexos e em constante evolução enfrentados pelo setor público. Nesse sentido, a partir do debate sobre reformas administrativas, Cavalcante e Camões (2015) citado por Silva (2017), apontam um conjunto de tendências (princípios ou ferramentas) de gestão pública que vem norteando às inovações na gestão, quais sejam:

> - Aperfeiçoamento de mecanismos de transparência, governo aberto e responsabilização (accountability);
> - Promoção do governo eletrônico (*e-government*) como estratégia de ampliação e facilitação do acesso e da participação cidadã na administração pública;
> - Novos arranjos de políticas públicas que fomentam papel mais ativo dos cidadãos na produção de bens público;
> - Atuação em redes e parcerias com atores estatais, sociais e da iniciativa privada;
> - Ampliação na utilização da tecnologia de informação tanto para ampliar a qualidade como a eficiência na prestação de serviços públicos (SILVA, 2017, p. 32).

Diante disso, para se compreender o caminho do funcionamento da gestão pública no século XXI, é importante desvincular dos modelos ou paradigmas e se direcionar as tendências da administração pública.

Aschhoff e Vogel (2018) chamaram a atenção para a escassez de estudos sobre o tema, o que corrobora a justificação da escolha deste estudo. Os autores ressaltaram que os valores corporativos são representações informais de uma organização e sua cultura, cujas declarações de valor refletem as aspirações da organização impulsionando sua criação de valor.

Moore (1997), ressalta que o valor público é compreendido como aquilo que é atribuído pelo público beneficiário, considerando o que recebe do poder público. Outra abordagem retrata o valor público “situado nas relações entre o indivíduo e a sociedade, fundado em indivíduos, constituído por avaliações subjetivas contra necessidades básicas, ativadas e realizadas em estados emocionais-motivacionais, e produzidas e reproduzidas em práticas intensas de experiência” (MEYNHARDT, 2009, p. 212).

Quanto ao conceito de valor público, Horner, Lekhi e Blaug (2006, p. 12), elencaram cinco tipos diferentes de respostas para a questão "o que é valor público?", a saber:

> 1. valor público como abordagem acadêmica: baseada no trabalho de Moore;
> 2. valor público como "correção" para a NGP: é uma maneira de superar suas limitações com foco excessivo na eficiência e em questões orientadas para o mercado, e não nas necessidades do cidadão;

3. valor público como dispositivo retórico: é uma forma de dar uma nova sustentabilidade aos serviços públicos e poder fortalecer a capacidade de alocar recursos para melhor satisfazer às necessidades dos cidadãos;
4. valor público como um tipo distinto de governança institucional: os usuários e os provedores colaboram e cooperam para melhorar as instituições públicas - coprodução;
5. valor público como análogo ao valor do consumidor privado: o valor precisa ser medido.

Embora a literatura sobre o conceito de valor público não apresente um consenso, de acordo com Raschendorfer e Furtado (2019), há critérios que representam conceitos fundamentais associados à Nova Governança Pública. Dentre estes se destacam, a criação de valor público, que traz em seu bojo conceitos que deslocam o foco da eficiência para a efetividade da gestão (O'FLYNN, 2007; OSBORNE, 2006), a gestão participativa, fundamentado na ideia de gestão de redes, coprodução e contratos relacionais (OSBORNE; SANTOS, 2006) a eficiência política, com destaque no papel do Estado como coordenador de políticas públicas (O'FLYNN, 2007; OSBORNE, 2006; 2008), e a sustentabilidade organizacional (OSBORNE, 2006; 2008; 2017; RASCHENDORFER; FURTADO, 2019, p. 6).

A temática do valor público, foi discutida por Mayrink Resende (2022), abordando a Nova Governança Pública, sob os aspectos organizacionais e relacionais. Na pesquisa a autora buscou captar os pensamentos e posicionamentos assumidos pelos sujeitos, gestores e beneficiários de uma política pública. Destaca-se o conceito de Valor Público pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE:

> Valor público se refere a benefícios diversos oferecidos à sociedade consoante as circunstâncias sociais. Esse órgão internacional descreve os benefícios como (1) bens ou serviços que satisfaçam os almejos dos cidadãos; (2) os entregáveis que atendam às expectativas de justiça, equidade, eficiência e eficácia na prestação de serviços aos cidadãos; (3) instituições públicas devidamente ordenadas que atendam as aspirações e preferências dos cidadãos; (4) a equidade e eficiência na prestação de serviços públicos; (5) o uso legítimo de recursos para fins públicos; e (6) a inovação e resiliência da administração pública perante as mudanças dos interesses sociais promovidos pela sociedade (OCDE, 2014, p. 6).

Ademais, vale salientar que segundo a OCDE (2011) a governança pública refere-se aos arranjos formais e informais que determinam como as decisões públicas são feitas e como as ações públicas são implementadas, pela perspectiva da manutenção dos valores constitucionais de cada país quando em face de problemas e ambientes em mudança. Nesse direcionamento, enfatiza-se a boa governança caracterizada pelos princípios de *accountability*, transparência, eficiência, efetividade, capacidade de resposta e a aplicação do *rule of law*. Dentre esses princípios a área de "integridade do setor público" foi uma que ganhou destaque nos materiais elaborados pela OCDE, uma vez que está no centro da

governança pública, naquilo que a OCDE define como arranjos formais e informais que determinam como as decisões públicas são feitas e como as ações públicas são implementadas (OCDE, 2011).

O termo Nova Governança Pública (NPG), cunhado por Osborne (2006), implica em um deslocamento da dimensão da governança, da ótica fiscal para a eficiência política. A ênfase passa a ser o cidadão, de quem se espera uma postura mais ativa e participativa, na coprodução das políticas públicas e dos seus resultados, onde se pode enxergar a efetividade.

De acordo com Osborne (2010), a nova governança pública advém das mudanças introduzidas na política pública nas últimas três décadas, sendo parte da resposta dada para uma gestão pública voltada para demandas reais dos cidadãos. Este autor se refere a sociedades plurais que consistem numa rede de múltiplos atores, interdependentes na prestação de serviços públicos (OSBORNE, 2010, p. 8-10).

Além disso, o paradigma NPG vem gradualmente sendo discutido na literatura relacionada à gestão pública, revelando preocupações mais amplas com a governança de sistemas mais complexos, cuja prioridade passa pela entrega de serviços públicos aos cidadãos (RHODES, 2016).

Janowski, *et al*. (2018) enfatizaram o advento do paradigma da governança de plataforma, frente ao desafio da governança pública para o desenvolvimento sustentável. Os autores realizaram análise da literatura revelando três entidades, quais sejam: administração; cidadãos e política e diversos tipos de relacionamentos sob diferentes governanças, ao realizar estudos de casos sobre governo digital. Esses autores ressaltam que a governança da plataforma permite a coprodução de valor público entre os cidadãos e a administração, por meio de consulta, ideação, entrega conjunta, relatórios, informação, incorporação de ecossistema, auto-organização, autoatendimento e automonitoramento.

Igualmente, alguns autores (BOMMERT, 2010; BRYSON *et al*., 2014; VOORBERG *et al*., 2014), abordaram a governança, sob a perspectiva do uso de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), na coprodução e inovação, visando aumentar a transparência do setor público. Nessa mesma linha (RHODES, 2016; GIELEN *et al*., 2017; JANOWSKI *et al*., 2018), destacaram a conexão dos serviços ao governo e às organizações públicas ou privadas, bem como o acesso e envolvimento dos cidadãos com a administração pública.

Reinaldo e Pinto (2023) pesquisaram a inovação social no contexto da governança pública, com ênfase em soluções para os problemas sociais e melhoria da qualidade de vida da sociedade. Eles ressaltaram a necessidade de desenvolvimento social, com participação de variados atores, a fim de promover a inclusão social, bem como gerar resultados com mudanças significativas para promoção do valor social na ação pública.

Em resumo, há uma corrente de pesquisadores que têm discutido a necessidade de uma nova abordagem da administração pública (MOORE, 1997; OSBORNE, 2006; ALFORD; O'FLYNN, 2009),

apontando para uma perspectiva de atitudes mais colaborativas, democráticas, com foco na governança em rede (STOKER, 2006).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico serão descritos os procedimentos adotados pelos pesquisadores para proceder a análise bibliométrica, com a descrição da seleção; protocolo para levantamento da literatura.

Análise Bibliométrica

Neste estudo, a metodologia tem viés descritivo-exploratório de cunho quantitativo. Quanto ao procedimento, utiliza-se de análise bibliométrica, com a finalidade de mapear a produção científica sobre governança pública e sua relação com o valor público, e identificar contribuições, e ao mesmo tempo, lacunas sobre o tema.

O mapeamento da produção científica proporciona uma visão abrangente de diferentes tópicos da área de estudo a partir das publicações científicas (KITCHENHAM *et al*., 2010), sendo uma importante ferramenta para pesquisadores e profissionais aprofundarem os conhecimentos sobre determinado tema. Decerto que o mapeamento de literatura ainda auxilia a compreensão de novas tendências de determinada área de estudos, e possibilita a descoberta de novas rotas de pesquisa, à medida que permite estabelecer conexões entre os artigos publicados (CARVALHO *et al*., 2019; ZUPIC; ČATER, 2015).

Diante disso, a revisão sistemática proposta pelos pesquisadores teve como foco a exploração das interconexões entre governança pública, valor público e cultura organizacional, com ênfase nos artigos científicos no período de 2017 e 2021. O objetivo principal era identificar não apenas os vínculos entre esses elementos, mas também analisar como o tema tem sido abordado na literatura, além de observar a complexidade desses temas e da constante evolução do cenário da administração pública, até outubro de 2022.

De acordo Zupic e Čater (2015) os estudos bibliométricos são importantes em diversas vertentes da pesquisa científica, pois as análises bibliométricas não apenas facilitam a exploração de referências científicas específicas relacionadas a determinado tema, mas também oferecem aos pesquisadores uma visão abrangente das tendências em determinadas áreas. Esses autores destacam a relevância dessa abordagem ao conectar, com rigor científico, publicações, autores e periódicos, proporcionando uma compreensão mais profunda da produção acadêmica.

A publicação de periódicos científicos em bases de dados internacionais representa o corpo de conhecimento produzido pelos pesquisadores de determinada área (MENEZES; CAREGNATO, 2018; SOUSA; FONTENELE, 2019), razão pela qual, neste estudo, foram realizadas buscas nas bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e *Scielo*, por serem as mais comumente utilizadas, o levantamento de literatura nessas fontes de pesquisa, reforçam a solidez dessa revisão sistemática.

Protocolo para levantamento da literatura

Na busca de subsídios à fundamentação teórica deste estudo sobre valor público no contexto da governança pública, a seleção dos artigos seguiu as seguintes etapas: planejamento, execução e análise dos resultados (KLOCK, 2018).

Os critérios de seleção adotados neste estudo foram destacados no protocolo construído na ferramenta StArt, gratuita, e desenvolvida no Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O uso desse protocolo visa garantir a qualidade e acessibilidade das fontes escolhidas. Foram definidos os critérios de seleção, inclusão e exclusão dos artigos definidos pelos pesquisadores. Silva-Dias (2023) citando Aria e Cuccurullo (2017) e Klock (2018) destacam a relevância do protocolo ao realizar um mapeamento, buscando a objetividade, consistência e transparência na pesquisa.

O primeiro critério, que diz respeito à presença de mecanismos de busca por meio de palavras-chave, enfatiza a importância de uma abordagem sistemática e estruturada na identificação de artigos relevantes. Assim, na fase do planejamento foram definidos os seguintes critérios: (i) *string* de busca: "*public governance*" *OR "governance in the public sector" OR "governance in public sector"; AND "public value" OR "value creation" AND "institutional culture" OR "organizational culture";* (ii) tipo de documento: artigo revisado por pares, e (iii) ano de publicação: 2017 a 2021.

A coleta dos dados foi realizada em maio de 2022, sendo que nessa fase foram selecionados os artigos, considerando os critérios de inclusão, que considerou a disponibilidade de consulta de artigos por meio eletrônico, destaca a necessidade de acesso facilitado e ágil à literatura científica; a possibilidade de exportação conjunto de resultados em arquivo .bib" demonstra a preocupação em adotar práticas metodológicas que permitam uma gestão eficaz dos dados obtidos. A exportação em formato .bib possibilita uma organização sistemática e interoperável dos resultados, facilitando análises subsequentes e possibilitando importação para o R-Studio.

Como critério de exclusão foram descartados os artigos não disponíveis integralmente em bases de dados. A leitura do resumo e título dos artigos, juntamente com a aplicação de critérios específicos,

assegura a seleção de trabalhos que tratam conjuntamente de ao menos dois temas pesquisados, reforçando a coerência com os objetivos da revisão.

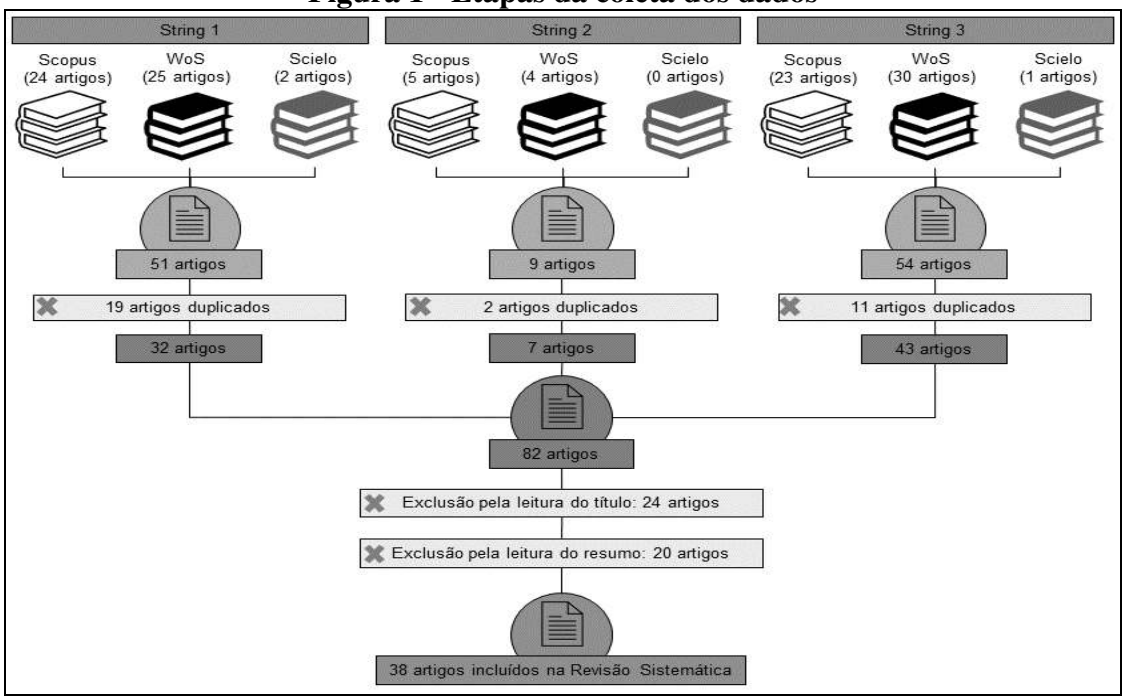
A avaliação da qualidade dos estudos, considerando critérios específicos de inclusão e exclusão, demonstra o compromisso dos pesquisadores em garantir a robustez e a relevância dos trabalhos selecionados, para garantir a transparência e replicabilidade da pesquisa.

Após as filtragens realizadas, e excluídos os documentos duplicados, restaram 38 artigos, que serão objeto de análise, utilizando o script de análise proposto por Baldam (2021) e os softwares de apoio R Studio e Bibliometrix (ARIA; CUCCURULLO, 2017).

Para análise considerou-se as seguintes variáveis de análise: ano de publicação do artigo; país de origem; número de citações por país e por artigo; número de colaborações entre autores de países diferentes; número de artigos por país, por autor e por revista; índice de impacto do autor dentre os artigos que compõem a amostra; coocorrência de palavras-chave e redes de cocitação, cujos resultados são os seguintes.

Na Figura 1 segue ilustrado o procedimento de coleta e execução da pesquisa, resultado em 38 artigos elegíveis nesta revisão de literatura.

Figura 1 - Etapas da coleta dos dados



Fonte: Elaboração própria.

No próximo tópico, serão apresentados os resultados desse levantamento de literatura sobre valor público e governança.

RESULTADOS DA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE VALOR PÚBLICO

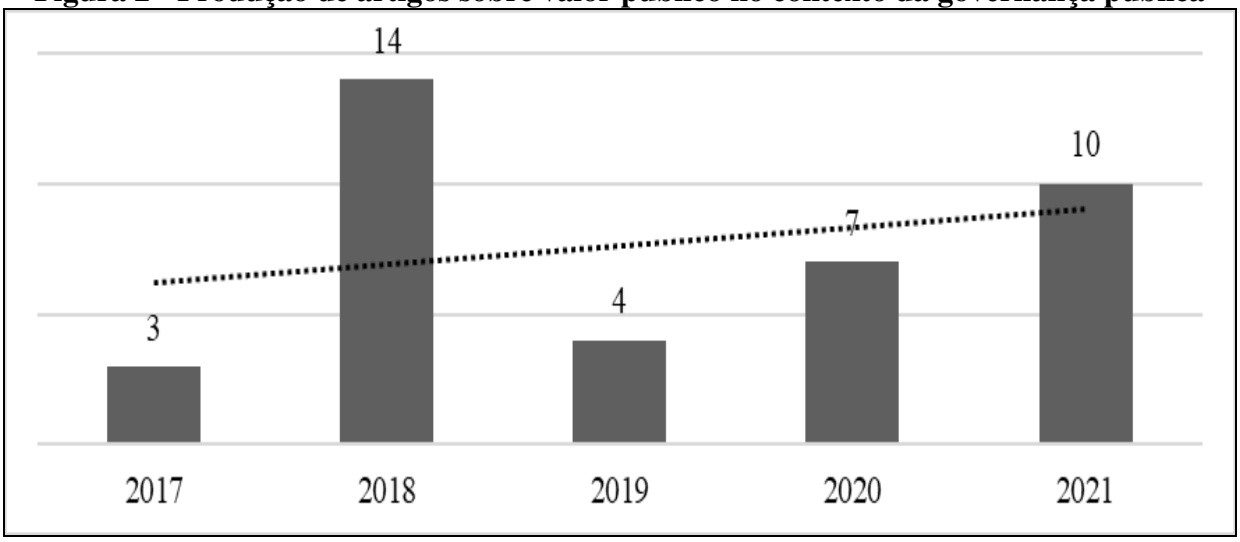
A partir da análise bibliométrica processada por meio do *script* desenvolvido pelo pesquisador Baldam (2021), com apoio do R-Studio e Bibliometrix foi possível processar as análises quanto à produção científica sobre o tema e análise dos artigos mais citados no período considerado neste estudo.

Produção Científica

Em relação à periodicidade das publicações, no período de 2017 a 2021, a linha de tendência em azul indica um lento crescimento, e verifica-se um volume de artigos relativamente baixo nas duas áreas pesquisadas, se comparado a cada área de forma isolada, podendo-se inferir que o estudo de valor público é incipiente, sendo oportuno a realização de novas pesquisas.

A Figura 2 ilustra a evolução dos documentos por ano, sobre valor público e governança pública, dentro do período pesquisado e apresenta a linha de tendência, pontilhada.

Figura 2 - Produção de artigos sobre valor público no contexto da governança pública



Fonte: Elaboração própria.

Produção Científica por País

No período de 2017 a 2021, o maior número de publicações sobre governança pública e valor público concentrou-se na Europa, correspondendo a 68% (Tabela 1). Dentre os países que mais produziram, a Holanda ocupava o primeiro lugar, seguida da Espanha e Polônia.

Tabela 1 - Países com maior número de publicações sobre valor público (>= 5 citações)

Número	País	Citações
1	Holanda	42
2	Espanha	31
3	Polônia	21
4	Bélgica	20
5	Reino Unido	20
6	Alemanha	15
7	Itália	10
8	França	9
9	Lituânia	6

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se a Holanda e a Espanha nas primeiras posições, com aproximadamente 42% das publicações. Em seguida, a Polônia, Bélgica e Reino Unido com 35%. Em relação aos autores e a produção científica mundial, relacionando os temas governança e valor público, utilizou-se como critério de corte a publicação de pelo menos 2 artigos (Tabela 2).

Tabela 2 - Autores com maior número de publicações sobre a relação entre valor público e governança pública

Autores	Artigos	h-index
Amali, L. N	2	1
Mačiulienė, M.	2	2
Stenvall, J.	2	2
Torfing, J.	2	1
Katili, M. R.	2	1

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 2 demonstra os autores que publicaram pelo menos dois artigos no período de 2017 a 2021, e destes, apenas dois tiveram *h-index* 2. Este índice mostra o número de trabalhos publicados em relação ao número de citações recebidas. Observa-se que não houve concentração de autores na área. Importante ressaltar que autores que possuem o maior número de publicações, não refletem necessariamente o maior número de citações.

Análise dos artigos mais citados sobre Valor Público

O tema valor público possui diferentes abordagens, tanto na área privada quanto na pública, e abarca discussões no campo acadêmico e profissional, tais como: meio ambiente, economia, governo digital, psicologia, ciências sociais, tecnologia, dentre outros. O Quadro 2 apresenta os dez artigos mais citados sobre o tema valor público, e os periódicos onde foram publicados.

Quadro 2 - Artigos mais citados sobre o tema valor público

Número	Título	Autores	Ano	Revista	Citações
1	Platform governance for sustainable development: Reshaping citizen-administration relationships in the digital age	Janowski, Estevez e Baguma	2018	Government Information Quarterly	71
2	International comparison of the changing dynamics of governance approaches to land development and their results for public value capture	Gielen, Salas e Cuadrado	2017	Cities	55
3	Key aspects of building retrofitting: Strategizing sustainable cities	Pardo-Bosch, Cervera e Ysa	2019	Journal of Environmental Management	45
4	Value conflicts in co-production: governing public values in multi-actor settings	Aschhoff e Vogel	2018	International Journal of Public Sector Management	33
5	Looking for Public Administration Theories?	Pyun e Gamassou	2018	Public Organization Review	30
6	Persistent public management reform: an egregore of liberal authoritarianism?	Massey	2019	Public Money and Management	24
7	Corporate values of the 25 largest European banks: Exploring the ambiguous link with corporate scandals	Ehrenhard e Fiorito	2018	Journal of Public Affairs	19
8	Creating value through data collaboratives	Klievink, van der Voort e Veeneman	2018	Information Polity	17
9	Innovating business processes in public administrations: towards a systemic approach	Forliano, De Bernardi, Bertello e Temperini	2020	Business Process Management Journal	16
10	The implementation of a strategic state in a small country setting: the case of the Scottish Approach	Elliott	2020	Public Money and Management	14

Fonte: Elaboração própria.

Janowski, *et al*. (2018), em consonância com o desenvolvimento sustentável, enfatizam o advento do paradigma da governança de plataforma frente ao desafio da governança pública para o desenvolvimento sustentável. Os autores realizaram uma análise da literatura revelando três entidades, quais sejam: administração, cidadãos e política, e diversos tipos de relacionamentos sob diferentes tipos de governança, ao realizar estudos de casos sobre governo digital.

Os autores ressaltam que a governança de plataforma permite a coprodução de valor público entre os cidadãos e a administração, por meio de consulta, ideação, entrega conjunta, relatórios, informação, incorporação de ecossistema, auto-organização, autoatendimento e automonitoramento. Além disso, permite realizar ações coletivas tais como: combate ao crime e à corrupção; gestão do bem-estar social; identificação de riscos para a saúde pública; implementação de orçamentos cidadãos; planejamento de espaços públicos, dentre outros. Tudo isso se resume em processos "orientados para a consecução do desenvolvimento sustentável".

Gielen *et al*. (2017) discutem a dinâmica entre os fatores institucionais, financeiros e ambientais, e as abordagens de governança para o desenvolvimento da terra. Eles verificaram como a captura de valor público, proveniente do desenvolvimento urbano, pode afetar a legitimidade democrática, a eficácia, a eficiência e a justiça dessas abordagens. Os autores enfatizam que há uma diferença entre as

abordagens de governança pública e privada, denominadas como abordagens ativas e passivas, respectivamente, ao estudar o caso dos países da Inglaterra, Espanha e Holanda.

Pardo-Bosch *et al*. (2019) analisaram estratégias de cidades sustentáveis, sob os aspectos da construção retrofitting. Por meio do uso de ferramentas de negócios, como o Ecossistema de Criação de Valor (VCE) e o *City Model Canvas* (CMC), os autores compararam três grandes intervenções de retrofit em implementação, em diferentes cidades europeias, a fim de descobrir as principais necessidades e desafios de governança. O foco do estudo, relacionou-se ao desenvolvimento sustentável em termos de inclusão social, proteção ambiental e viabilidade financeira, necessitando para tanto, de engajamento do proprietário, sobretudo, pelo alto custo inicial da construção. Os autores concluíram que o envolvimento dos proprietários em estratégias de cocriação podem ajudar os governos municipais a aumentarem a proporção de proprietários dispostos a participar.

Aschhoff e Vogel (2018) analisaram os conflitos de valor na coprodução, no contexto da governança, em relação à perspectiva de coprodução. Os autores chamam a atenção para a escassez de estudos no assunto. Por meio de um estudo de caso na Alemanha, e entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e cidadãos, os autores identificaram a necessidade de orquestrar valores públicos que podem estar em conflito entre si, quando se realiza a coprodução num ambiente de multiatores. Observaram a necessidade de considerar as percepções de todos os grupos de atores, a fim de favorecer uma compreensão mais abrangente dos valores públicos na coprodução.

Pyun e Gamassou (2018), ao revisitar as teorias da administração pública, destacaram a incapacidade do Estado em solucionar problemas. Em seguida, compararam as cinco teorias da Administração Pública, mostrando as tendências de reformas na Administração Pública. Assim, tem-se a Administração Pública Tradicional voltada para a burocracia; a Nova Gestão Pública (NGP), com ênfase na gestão dos recursos e eficiência organizacional; a Gestão do Valor Público, com foco no cidadão como parceiro, e a ênfase na colaboração e parcerias; e a Nova Governança Pública, que visa promover o bem comum e incorporar valores públicos em todo o sistema político.

Os autores destacam o NGP na década de 1980, mencionando os principais autores sobre o tema (HOOD, 1991; POLLITT; BOUCKAERT, 2011). Pyun e Gamassou (2018) apontam que esse modelo não suportou inúmeras crises, não se revelando como a melhor alternativa. Isto posto, verifica-se a necessidade de o Estado ser economicamente eficiente e eficaz, e preocupar-se com a efetividade na entrega de serviços públicos de qualidade aos cidadãos.

A despeito das características de cada modelo de administração, Pyun e Gamassou (2018) encontraram pontos comuns entre as teorias que se voltam para o bem-estar geral e a harmonia social. Assim, enquanto a administração tradicional fala de equidade social, a Gestão de Valor Público trata da

criação de valores compartilhados, serviços e integração de cidadãos (*New Public Services*), e a NPG como tendência da evolução da NPM.

Massey (2019) explora os movimentos e evolução da administração pública nas constantes reformas da gestão do setor público. O autor pesquisou algumas reformas de governança, sobretudo do Reino Unido, dez anos após a crise financeira global de 2008. Seu estudo abordou a conscientização pública dos formuladores de políticas e seu impacto nas políticas.

Para isso, ressaltou o papel do governo como facilitador das interações entre atores públicos e privados, em função de resolver problemas sociais ou criar oportunidades sociais. Ele mostrou características da NPM, bem como sua superação, como valor público, de acordo com (ALFORD; O'FLYNN, 2009) ou conforme a NPG (OSBORNE, 2010). Massey (2019) enfatiza que o termo "governança" possui inúmeras interpretações, assim como proposto por Kooiman (2003)

> [...] the totality of interactions, in which public as well as private actors participate, aimed at solving societal problems or creating societal opportunities; attending to the institutions as contexts for the governing interactions, and establishing a normative foundation for all those activities (KOOIMAN, 2003, p. 4).

Ehrenhard e Fiorito (2018) tratam da conexão entre valor público e cultura organizacional, ao estudarem os valores corporativos dos 25 maiores bancos europeus, após a crise financeira de 2008, e como estes valores podem definir comportamentos. Os autores ressaltaram que os valores corporativos são representações informais de uma empresa e da cultura organizacional.

Para os autores, as declarações de valor corporativo comunicam o que uma empresa aspira e o que impulsiona sua criação de valor, entretanto, destacam que existe uma tensão inerente entre as aspirações e os valores reais e os comportamentos resultantes dentro de uma empresa. Dentre os valores públicos identificados nas empresas estudadas, destacam-se a integridade e o foco no cliente, a despeito de que vários bancos estudados estiveram envolvidos em um ou mais escândalos.

Os autores descobriram que os bancos que tinham princípios sociais inclusivos, como respeito, solidariedade e igualdade, não enfrentaram escândalos de grande escala.

Klievink *et al*. (2018) discutem a governança colaborativa aliada às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e destacam que os dados permitem gerar novas formas de valor público, tanto para a sociedade quanto para as partes detentoras dos dados. Os autores utilizaram a definição de dados colaborativos como iniciativas de colaboração entre setores públicos e privados voltadas à coleta, compartilhamento ou processamento de dados para fins de enfrentamento de um desafio social. Identificaram ainda, a geração de valor público a partir da colaboração de dados como parceria entre setores para a troca e integração de dados.

Para tanto, os autores exploraram o caso longitudinal qualitativo de uma plataforma de infomobilidade, a fim de descobrir como os dados colaborativos podem agregar valor no contexto da governança pública. Além de investigarem a capacidade de dados colaborativos para produzir resultados, os autores se depararam com as tensões de valor entre os objetivos das partes, de modo que algumas condições favorecem o surgimento da colaboração, como por exemplo, o estabelecimento de regras de apoio.

Além disso, a comunicação e a confiança no processo de colaboração podem institucionalizar o processo colaborativo. Em suma, o contexto de dados colaborativos inclui fatores importantes, tais como: quadros institucionais e de governança, culturas de inclusão ou transparência, o interesse demonstrado pelo governo em dados colaborativos e os meios pelos quais a colaboração é legitimada como estratégia de governo ou inovação.

Forliano *et al*. (2020) tratam da inovação na gestão de processos na administração pública, a fim de desenvolver um modelo conceitual com abordagem sistêmica. Por meio de um estudo de caso numa empresa estatal italiana, e aplicação de entrevistas semiestruturadas, os autores comprovaram que é possível na administração pública utilizar instrumentos de governança apropriados para coordenar as atividades com participação de diferentes atores externos, especialmente os cidadãos, como cocriadores de conhecimento e valor público.

Por sua vez, Elliott (2020) apresenta uma análise empírica de abordagem dos serviços públicos na reorganização do governo escocês. O autor descreve o Estado Estratégico como um conjunto de capacidades em torno da criação e entrega de uma estratégia efetiva em nível nacional. O conceito, explorado nos relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), apontam para o avanço de um Estado Estratégico na Finlândia, Eslovênia e Polônia.

Elliott (2020) demonstra que o pensamento estratégico pode ser fomentado dentro das configurações governamentais, ressaltando aspectos importantes para a implementação da estratégia e mudança de cultura, tais como: estrutura adequada, patrocínio da liderança, e a formação de gestores e líderes em todos os níveis da organização, com ênfase na mudança de cultura, a longo prazo. O autor ainda ressalta que muitas das mudanças ocorridas foram incorporadas na organização como uma cultura de liderança distribuída e estratégia como prática.

Ao analisar os dez artigos mais citados, verifica-se que a maioria trata de geração de valor no contexto da NPG, termo cunhado por Osborne (2006), cuja prioridade passa necessariamente pela entrega de serviços públicos aos cidadãos (RHODES, 2016; GIELEN *et al*., 2017; JANOWSKI *et al*., 2018; KLIEVINK *et al*. 2018; ELLIOTT, 2020).

Ressalta-se que os estudos apresentaram expressões coerentes com a abordagem da NGP e suas relações com o paradigma do serviço público, como: redes, colaboração, coprodução, inovação, liderança, dentre outros conceitos. Alguns autores consideraram como relevantes os fatores culturais (EHRENHARD; FIORITO, 2018; KLIEVINK *et al*., 2018) para compreender a complexidade e ambiguidade dos valores corporativos em relação à dinâmica organizacional interna.

Em relação à abrangência, todos os artigos abordaram o setor público, sendo que dois autores abordaram, principalmente, o setor privado (GIELEN *et al*., 2017; EHRENHARD; FIORITO, 2018). Em relação ao método de pesquisa, todos os artigos utilizaram o estudo de caso, sendo que a maioria utilizou análise documental e entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados (JANOWSKI *et al*., 2018; PARDO-BOSCH *et al*., 2019; FORLIANO *et al*., 2020; ELLLIOT, 2020). Em relação às revistas científicas, a Tabela 3 apresenta os cinco periódicos com maior número de publicações sobre o tema valor público.

Tabela 3 - Periódicos com maior número de citações

Número	Revistas	País	Artigos	SJR	Qualis
1	Public Money and Management	Reino Unido	4	Q1	A1
2	Cadernos EBAPE.BR	Brasil	2	-	A2
3	International Journal of Public Sector Management	Reino Unido	2	Q1	A1
4	International Review of Administrative Sciences	Reino Unido	2	Q1	A1
5	Journal of Public Affairs	Estados Unidos	2	Q2	A2

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que três periódicos possuem classificação A1 no Qualis Periódicos da Capes e índice Q1 no SJR. Destaca-se o foco das revistas em temas relacionados à área de administração pública. No Brasil, o Cadernos EBAPRE.BR possui dois artigos publicados sobre o valor público. Cabe ressaltar que esses periódicos estão indexados nas bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e *Scielo*, e a pesquisa realizada no período de 2017 a 2021.

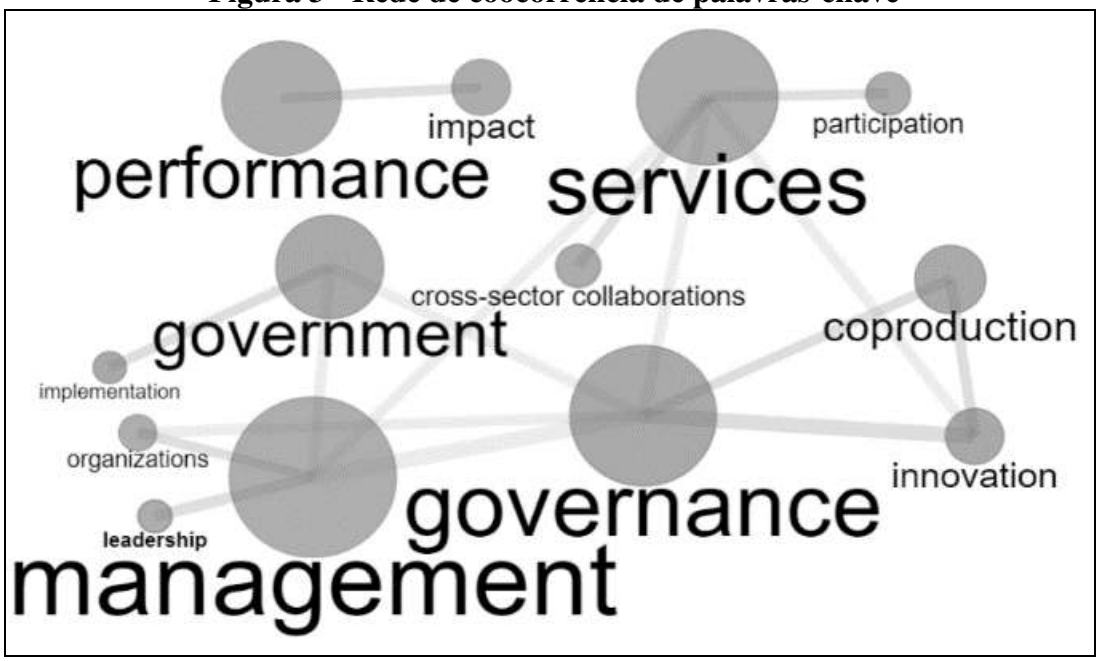
Coocorrência de palavras-chave

O setor público vem passando por mudanças significativas nas últimas décadas, o que denota uma evolução nas tendências dos princípios e diretrizes da gestão pública, caracterizados na rede de coocorrência de palavras-chave nos artigos e livros mapeados neste estudo.

A análise de coocorrência estuda as relações entre as palavras-chave usadas para revelar a estrutura e o desenvolvimento de cada área do conhecimento, pesquisa ou metodologia particular

(MORESI; PINHO, 2021). A Figura 3 ilustra quais palavras-chaves mais aparecem no conjunto de artigos pesquisados sobre valor público.

Figura 3 - Rede de coocorrência de palavras-chave



Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 3, as palavras-chave que se destacam na rede de coocorrência são: *management, governance, performance, services* e *government*. Outros termos que aparecem com menor intensidade e, em áreas mais periféricas da figura, sugerem oportunidades de pesquisa relacionados ao tema valor público, como: *participation, leadership, implementation, innovation* e *coproduction*. A *cross-sector collaborations* mostra que a colaboração ultrapassa os limites do setor público.

Do conjunto de artigos pode-se inferir que a governança e a gestão aparecem como base para se discutir a performance e o valor público. Observa-se ainda, os paradigmas da administração, alinhados com o valor público, em relação às temáticas como governança e implementação de políticas públicas (OSBORNE, 2010), foco na entrega de serviços públicos, a qual envolve temas como processos colaborativos e formas de parcerias com o setor privado e o terceiro setor (BRYSON *et al*., 2014; O'FLYNN, 2017) e superação de fronteiras organizacionais; temas como organização e liderança (O'FLYNN, 2017; ELLIOTT, 2020), ressaltando a importância do papel do líder político ou administrativo na gestão pública, na condução dos processos organizacionais e das políticas públicas, e; à performance, sobre os aspectos do resultado e do impacto da governança e gestão.

A participação e o engajamento social ampliam os canais de participação social na elaboração das políticas públicas, bem como o envolvimento da sociedade na gestão pública como valor e fonte de legitimidade (BRYSON *et al*., 2014; O'FLYNN, 2017; FORLIANO *et al*., 2020).

Assim, a governança pública ou privada, liga-se às atividades de coprodução e inovação, com a incorporação frequente do uso de TIC para aumentar a transparência do setor público (BOMMERT, 2010; BRYSON *et al*., 2014; VOORBERG *et al*., 2014), a conexão dos serviços ao governo e às organizações públicas ou privadas (RHODES, 2016; GIELEN *et al*., 2017; JANOWSKI *et al*., 2018; KLIEVINK *et al*., 2018; ELLIOTT, 2020), bem como o acesso e envolvimento dos cidadãos com a administração pública.

Mapeamento de Rede de Cocitação

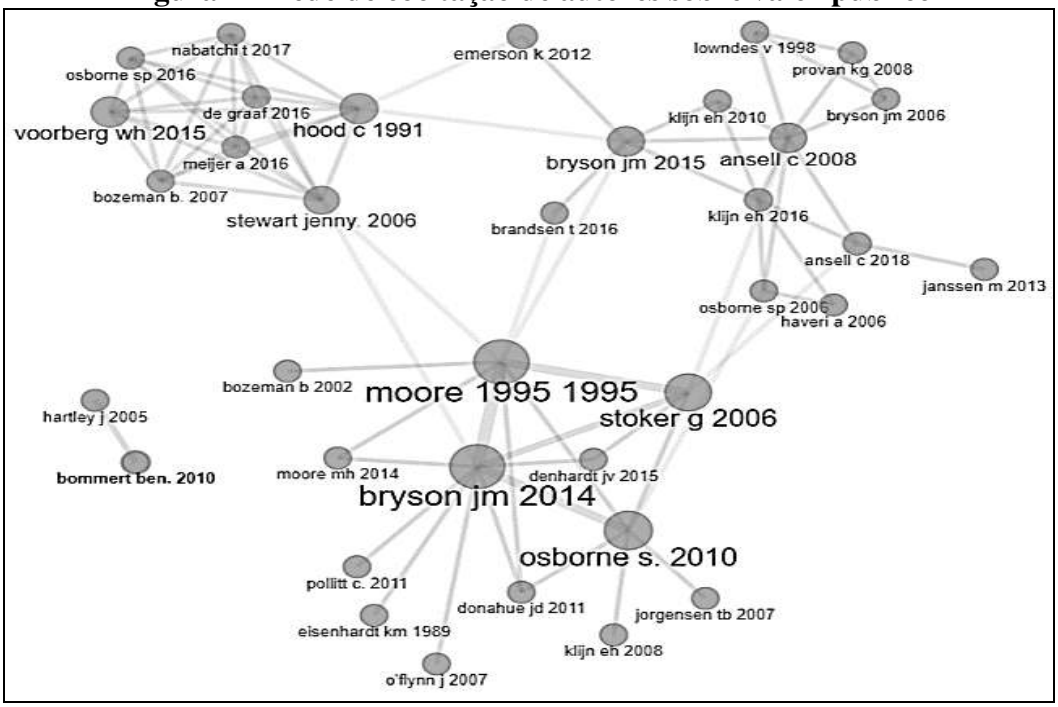
A Figura 4 tem o escopo de identificar as conexões teórico-metodológicas entre as expressões pesquisadas neste estudo, a fim de conhecer as afinidades temáticas entre os pesquisadores, por meio da rede de cocitação de autores sobre valor público.

Na Figura 4 são identificados quatro clusters. No primeiro *cluster* destacam-se os autores Moore (1997), Bryson *et al*. (2014), Stoker (2006) e Osborne (2010). O primeiro autor propõe um *framework* de criação de valor público em três dimensões: cidadão, governo e sociedade. Bryson *et al*. (2014) discute o fato de não haver um axioma sobre a definição de valor público. Stoker (2006) argumenta que a administração pública deve ser capaz de atender a eficiência, a responsabilidade e a equidade, com resultados sociais, enquanto Osborne (2010) diz que a coconstrução evidencia a governança ao nível da definição do desenho e o processo de implementação das políticas públicas. O segundo *cluster* tem Ansell e Gash (2008) e Bryson *et al*. (2015) como seus principais autores. Ansell e Gash (2008) abordam a temática da governança colaborativa, por meio da proposição de um modelo geral, enquanto Bryson *et al*. (2015) trata da colaboração interorganizacional como um processo sistêmico interagindo com o ambiente.

No terceiro *cluster* destacam-se Hood (1991) e Voorberg *et al*. (2014). O primeiro autor discute o paradigma da NPM, enquanto os demais abordam a cocriação e envolvimento do cidadão na inovação social.

O último *cluster* apresenta apenas dois autores, Hartley (2005) e Bommert (2010), os quais discutem o conceito de inovação na governança, os acordos colaborativos entre os setores públicos e privados, bem como as inovações que proporcionam maior participação do cidadão-usuário na conceção e entrega dos serviços.

Figura 4 - Rede de cocitação de autores sobre valor público



Fonte: Elaboração própria.

A rede de cocitação mostra que Osborne (2006, 2010) está presente em três dos quatro *clusters* identificados, o que indica ser este autor a principal referência sobre o tema valor público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou do mapeamento bibliométrico conduzido de 2017 a 2021 nas principais bases científicas internacionais demonstrando uma tendência marcante nos estudos sobre governança pública, com especial atenção ao valor público. Estes estudos apontaram um esforço contínuo para abordar as lacunas decorrentes da fragmentação, complexidade e múltiplos objetivos presentes nos estudos do valor público, considerando que muitas vezes é implícito e desprovido de uma lista objetiva e transparente desses valores, ressaltando a necessidade de uma abordagem mais holística e criteriosa nos estudos sobre a governança pública.

A ênfase na criação de valor público destaca a importância da governança colaborativa, que envolve ativamente a sociedade na gestão pública. A participação efetiva dos cidadãos na formulação e implementação de políticas públicas, conforme preconizado pela Nova Governança Pública (NPG), não apenas busca eficiência, mas também sustentabilidade a longo prazo para as políticas implementadas. A mensuração do valor público emerge como uma ferramenta valiosa para avaliar resultados, orientar decisões políticas e legitimar as ações do governo (OSBORNE, 2010; OCDE, 2011).

Estrategicamente, a geração de valor público é reconhecida como um instrumento importante para a legitimidade da governança, e para elevar o nível ético e social da gestão pública.

Convém salientar as limitações temporais deste estudo, uma vez que o recorte temporal abrangeu apenas o período de 2017 a 2021. Portanto, considera-se uma sugestão de estudo para futuras pesquisas a ampliação do levantamento bibliográfico, incorporando dados a partir de 2022, a fim de mapear as mudanças recentes no cenário da governança pública e valor público.

Ao abordar os construtos de governança e valor público, este estudo oferece uma contribuição significativa para a reflexão sobre a administração pública. A necessidade de alinhamento da governança pública às qualidades do valor público é evidente, e a criação de mecanismos de avaliação no âmbito das políticas públicas apresenta-se como uma oportunidade promissora para incentivar pesquisas futuras. A relevância dessas discussões transcende o período estudado e destaca-se como uma questão perene na busca por uma administração pública mais eficaz, ética e orientada para resultados.

REFERÊNCIAS

ALFORD, J.; O'FLYNN, J. "Making Sense of Public Value: Concepts, Critiques and Emergent Meanings". **International Journal of Public Administration**, vol. 32, n. 3, 2009.

ANSELL, C.; GASH, A. "Collaborative Governance in Theory and Practice". **Journal of Public Administration Research and Theory**, vol. 18, n. 4, 2008.

ARIA, M.; CUCCURULLO, C. "Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis". **Journal of Informetrics**, vol. 11, n. 4, 2017.

ASCHHOFF, N.; VOGEL, R. "Value conflicts in co-production: governing public values in multi-actor settings". **International Journal of Public Sector Management**, vol. 31, n. 7, 2018.

BALDAM, R. **Science Mapping (Bibliometria) with R Studio, Bibliometrix and International Indexes**. Vitória: Editora da UFES, 2021.

BOMMERT, B. "Collaborative innovation in the public sector". **International Public Management Review**, vol. 11, n. 1, 2010.

BRYSON, J. M. *et al*. "Designing and implementing cross-sector collabora-tions: needed and challenging". **Public Administration Review**, vol. 75, n. 5, 2015.

BRYSON, J. M. *et al*. "Public Value Governance: moving beyond traditional public administration and the new public management". **Public Administration Review**, vol. 74, n. 4, 2014.

CARNEIRO, R.; MENICUCCI, T. M. G. **Gestão pública no século XXI**: as reformas pendentes. Brasília: Ipea, 2011.

CARVALHO, M. *et al*. "Falha de serviços: Mapeamento de 10 anos de produção científica". **Teoria e Prática em Administração**, vol. 9, n. 2, 2019.

DUNLEAVY, P. *et al*. "New Public Management is Dead-Long Live Digital-Era. Governance". **Journal of Public Administration Research and Theory**, vol. 16, n. 3, 2006.

EHRENHARD, M. L.; FIORITO, T. L. "Corporate values of the 25 largest European banks: Exploring the ambiguous link with corporate scandals". **Journal of Public Affairs**, vol. 18, n. 1, 2018.

ELLIOTT, I. C. "The Implementation of a Strategic State in a Small Country Setting: the case of the scottish approach". **Public Money and Management**, vol. 40, 2020.

FORLIANO, C. *et al*. "Innovating business processes in public administrations: towards a systemic approach". **Business Process Management Journal**, vol. 26, n. 5, 2020.

GIELEN, D. M. *et al*. "International comparison of thechanging dynamics of governance approaches to land development and their results forpublic value capture". **Cities**, vol. 71, 2017.

HARTLEY, J. "Innovation in Governance and Public Services: Past and Present". **Public Money and Management**, vol. 25, n. 1, 2005.

HOOD, C. "A public management for all seasons?" **Public Administration**, vol. 69, n. 1, 1991.

JANOWSKI, T. *et al*. "Platform governance for sustainable development: reshaping citizen-administration relationships in the digital age". **Government Information Quarterly**, vol. 35, n. 4, 2018.

KITCHENHAM, B. A. *et al*. "The value of mapping studies: a participant-observer case study". **Proceedings 14th International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering**. Swindon: April, 2010.

KLIEVINK, B. *et al*. "Creating value through data collaboratives". **Information Polity**, vol. 23, n. 4, 2018.

KLOCK, A. C. T. "Mapeamentos e Revisões Sistemáticos da Literatura: um Guia Teórico e Prático". **Cadernos de Informática**, vol. 10, n. 1, 2018.

KOOIMAN, J. **Governing as governance**. Thousand Oaks: Sage, 2003.

MAČIULIENĖ, M. "Mapping Digital Co-Creation for Urban Communities and Public Places". **Systems**, vol. 6, n. 2, 2018.

MASSEY, A. "Persistent public management reform: an egregore of liberal authoritarianism?" **Public Money and Management**, vol. 39, n. 1, 2019.

MAYRINK RESENDE, N. S. **Criação de valor no contexto da nova governança pública**: o caso da Operação Carro-pipa no Exército Brasileiro (Dissertação de Mestrado em Governança, Tecnologia e Inovação). Brasília: UCB, 2022.

MENEZES, S. D.; CAREGNATO, S. E. "Produção científica brasileira em Química entre 2004 e 2013: análise dos artigos indexados na Web of Science". **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, vol. 23, n. 53, 2018.

MOORE, M. H. **Creating Public Value**: strategic management in government. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

MORESI, E. A. D.; PINHO, I. "Proposed Approach for Refinement of Bibliographic Research". **New Trends in Qualitative Research**, vol. 9, n. 11, 2021.

O'FLYNN, J. "From New Public Management to Public Value: Paradigmatic Change and Managerial Implications". **The Australian Journal of Public Administration**, vol. 66, n. 3, 2007.

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. "Public Governance Policy Framework for Investment User's Toolkit". **OECD** [2011]. Disponível em: <www.oecd.org>. Acesso em: 25 /09/2023.

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. **Recommendation of the council on digital government strategies**. França: OECD, 2014.

OSBORNE, S. P. "The New Public Governance?" **Public Management Review**, vol. 8, n. 3, 2006.

OSBORNE, S. P. **The New Public Governance? Emerging Perspectives on the Theory and Practice of Public Governance**. London: Routledge, 2010.

PARDO-BOSCH, F. *et al*. "Aspects of building retrofitting: Strategizing sustainable cities". **Journal of Environmental Management**, vol. 248, 2019.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. **Public management reform**: a comparative analysis new public management and the neo-weberian state. Oxford: Oxford University Press, 2011.

PYUN, H.; GAMASSOU, C. E. "Looking for Public Administration Theories?" **Public Organization Review**, vol. 18, 2018.

RASCHENDORFER, E. V.; FURTADO, L. M. G. P. "A Nova Governança Pública no contexto brasileiro: um estudo sobre a modernização da gestão pública sob a ótica do Relato Integrado". **Anais do Encontro Brasileiro de Administração Pública**. Salvador: UFBA, 2019.

REINALDO, C. M.; PINTO, F. R. "Ecossistema de Inovação Social: uma revisão sistemática". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 48, 2023.

RHODES, R. A. W. "Recovering the Craft of Public Administration". **Public Administration Review**, vol. 76, n. 4, 2016.

SANTOS, A. O. *et al*. "Indicador de Valor público e sua relação com a accountability". **Administração Pública e Gestão Social**, vol. 14, n. 1, 2022.

SECCHI, L. "Modelos organizacionais e reformas da administração pública". **Revista de Administração Pública**, vol. 43, n. 2, 2009.

SHAW, R. "Another size fits all? Public Value management and challenges for institutional design". **Public Management Review**, vol. 15, n. 4, 2013.

SILVA, M. V. G. **Intraempreendedorismo e governança pública**: a relação entre o comportamento empreendedor e o desempenho da governança na gestão pública municipal (Dissertação de Mestrado em Planejamento e Governança Pública). Curitiba: UTFPR, 2017.

SILVA-DIAS. E. P. "Neuroeducação: uma análise sistemática da produção científica sobre os pressupostos da neurociência na educação". **Anais do I Congreso Internacional de Neuropedagogía de la Neuroeducación a la Neurodidáctica: Metodologías Docentes Inclusivas y Tecnologías Emergentes**. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2023.

STOKER, G. "Public value management: a new narrative for networked governance?" **American Review of Public Administration**, vol. 36, n. 1, 2006.

TALIENTO, M. "On The Quest for Value in the Public Sector Management and its implications". **Business and Management Conference**. Budapest: Institute of Social and Economic Sciences, 2018.

VOORBERG, W. *et al*. "Co-creation in social innovation*:* a comparative case-study on the influential factors and outcomes of co-creation". **IRSPM Conference**. Ottawa: IRSPM, 2014.

ZUPIC, I.; ČATER, T. "Bibliometric Methods in Management and Organization". **Organizational Research Methods**, vol. 18, n. 3, 2015.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 17 | Nº 49| Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima